

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 28 de Fevereiro de 2009.

Área Temática: Política de Crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Agricultores que aderiram à renegociação das dívidas contam com novo prazo para os pagamentos – Sítio Eletrônico da Fetraf – 02/02/2009	4
Crédito: política equivocada fragiliza bancos - Gustavo Loyola – Valor Econômico – Opinião - 02/02/2009	4
Prorrogado o prazo para pagamento de dívidas com recursos do FCO – CNA – 06/02/2009 (06/02/2009) Assessoria Gilberto Goellner	6
Aumento dos custos, retração no crédito e baixos preços provocaram queda da renda agrícola – CNA – 09/02/2009	7
CNA reúne comissões para discutir reforma da política agrícola – CNA – 10/02/2009	7
Agricultores podem renegociar dívidas até 15 de março – Sítio Eletrônico da Contag - 10/02/2009	8
Começam os debates sobre a nova política agrícola – CNA – 11/02/2009	9
CNA e Receita Federal fazem acordo sobre IR - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 11/02/2009	10
Usinas tentam renegociar dívidas de R\$ 3,45 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/02/2009	11

Segunda Quinzena

Cobrança de débitos inscritos na Dívida Ativa da União está suspensa até 31 de março – CNA – 16/02/2009	13
Confederação pede que Lula compense recuo de tradings – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/02/2009	13
CNA reclama da crise e pede R\$ 155 bi ao governo em 2009/10 - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico - 17/02/2009	14
Bancada ruralista consegue aprovar benefícios fiscais – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/02/2009	15
Produtores rurais terão benefício tributário – Valor econômico – Política - 18/02/2009	15
Corte tira R\$ 96 milhões do seguro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 18/02/2009	16
CNA reúne deputados para discutir reforma da política agrícola – CNA – 19/02/2009	17
Nova medida aumenta crédito para avicultura e suinocultura – Sítio eletrônico do MAPA – 19/02/2009	18
Governo estuda alterações na lei de renegociação das dívidas rurais - CNA - 20/02/2009	18
CMN aprova medidas de apoio para criador de suínos e avicultura – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 20/02/2009	20
Aumentam desembolsos do BB até janeiro - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 20/02/2009	20
Fetraf-Sul indica Municípios para projeto piloto do Pronaf Sistêmico em Santa Catarina – Sítio eletrônico da Fetraf – 25/02/2009	21

FAMATO consegue liminar que obriga bancos a efetuarem renegociação – CNA - 26/02/2009 Ascom FAMATO.....	22
Governo alerta para prazo de prorrogação de dívidas do Pronaf – Sítio eletrônico da Contag – 26/02/2009	23
Liminar beneficia produtores em MT - Mauro Zanatta – Valor econômico - 26/02/2009	23
Governo pode prorrogar pagamento das parcelas do FAT Giro Rural - CNA - 27/02/2009	24
Governo estuda mudança na cobrança de IR para o produtor rural - CNA - 27/02/2009 Agência CNA	25

Agricultores que aderiram à renegociação das dívidas contam com novo prazo para os pagamentos – Escrito por Luciane Bosenbecker - Sítio Eletrônico da Fetraf – Fonte Site MDA – 02/02/2009

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que aderiram à renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que não acertaram as contas, ou parte delas, até a data anteriormente estipulada – 31 de dezembro – contam com um novo prazo: 15 de março. A decisão foi aprovada nesta quinta-feira (29) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Dos cerca de 650 mil agricultores que aderiram à renegociação, aproximadamente 15% não efetuaram o pagamento de uma parcela mínima estabelecida, no caso daqueles que optaram pelo pagamento em prestações. De acordo com o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, a medida busca auxiliar esse grupo que, por diversas razões, teve dificuldade de cumprir seus compromissos.

Os agricultores que regularizarem a situação poderão ter novas oportunidades de financiamentos rurais do Pronaf, ou seja, vão estar aptos a tomar novos créditos para dar continuidade ao trabalho no estabelecimento familiar. Já os que não acertarem as contas, poderão ficar impedidos de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos. “Em alguns casos, o nome desse agricultor poderá ser inscrito na Dívida Ativa da União”, alerta Guadagnin.

Para aderir à renegociação de dívidas rurais (Lei 11.775/08), os agricultores assinaram um termo de adesão nos bancos. Nessa fase, eles apenas preencheram a solicitação informando nome completo e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). O procedimento seguinte foi realizado pelos bancos, que analisaram cada caso e informaram aos agricultores a situação da dívida. A partir daí, eles podiam optar pelo pagamento integral ou parcelado.

Crédito: política equivocada fragiliza bancos - Gustavo Loyola – Valor Econômico – Opinião - 02/02/2009

Uma das características marcantes da crise financeira atual é o rápido colapso do crédito em escala global. As perdas bilionárias dos bancos internacionais parecem não ter fim e não há espaço para a retomada do crédito em níveis satisfatórios num ambiente de desconfiança generalizada e de insuficiente capitalização dos bancos.

Os governos mundo afora têm tentado conter o perverso processo de contração do crédito com um conjunto variado de medidas. O primeiro e fundamental esforço é evitar que quebras de instituições de relevância sistêmica afetem a confiança e restrinjam ainda mais a liquidez dos mercados. Nesse sentido, bilhões em recursos públicos têm sido comprometidos em operações de compra de ativos podres, capitalização de bancos e concessão de garantias em operações financeiras.

A utilização de recursos públicos, para ser eficaz, deve ocorrer privilegiando a recomposição do capital dos bancos, de modo a gerar uma recuperação segura e sustentável da oferta de crédito na economia. Esse tipo de política deve idealmente prevalecer sobre medidas que tão somente estimulem artificialmente a concessão de crédito no curto prazo, numa conjuntura marcada por um generalizado movimento de contração da economia global.

Não resta dúvida que o crédito bancário é um dos elementos propulsores da atividade econômica, daí a tentação do uso de políticas de expansão incentivada ou forçada de crédito como remédio contra a recessão ora em marcha. Mas, não se deve olvidar que a crise atual

se deve em grande medida aos excessos cometidos ao longo dos últimos anos que levaram consumidores e empresas a se endividarem acima do que poderia ser considerado um nível sustentável.

O mercado de hipotecas "subprime" é o exemplo perfeito e acabado disso: nos últimos anos, milhares de famílias americanas adquiriram residências graças a financiamentos incompatíveis com a sua capacidade de pagamento. Tal distorção, entre outras razões, ocorreu por causa do sistema de incentivos regulatórios e fiscais existente nos EUA, implementando com o objetivo nobre de ampliar o acesso das famílias à casa própria.

Os governos caminham sobre gelo fino. Devem evitar que as economias caiam e permaneçam no abismo da recessão, objetivo que requer a manutenção da oferta do crédito em patamares aceitáveis. Ao mesmo tempo, porém, devem fortalecer o sistema bancário e ajudá-lo a purgar de forma ordenada os excessos cometidos no passado, de forma a evitar a recorrência de crises financeiras. A melhor maneira de fugir desse dilema é abster-se de ações que, de alguma forma, "contratem" maiores riscos para os intermediários financeiros no futuro.

Sendo assim, são desaconselháveis iniciativas que levem os bancos a aceitar níveis de risco de crédito incompatíveis com a conjuntura atual de forte desaquecimento da economia. Não se quer dizer que os governos devem ficar inertes à crise. Ao contrário, cabe a eles agir no sentido de reduzir os riscos macroeconômicos e microeconômicos inerentes à concessão de crédito nesse momento de turbulência e de incerteza, sem que isso signifique empurrar goela abaixo dos bancos um volume maior de empréstimos e financiamentos.

Entre os exemplos de boas políticas, no campo macroeconômico, deve-se mencionar o emprego responsável das políticas monetária e fiscal de modo a sustentar a demanda. Em particular, a redução das taxas de juros tem efeito positivo sobre a oferta de crédito, sem que isso signifique necessariamente a criação de riscos adicionais para os bancos. Por sua vez, sob o aspecto microeconômico, medidas destinadas a reduzir o custo da intermediação financeira são sempre positivas, tais como a eliminação de tributos incidentes sobre as operações de crédito, bem como a redução dos recolhimentos compulsórios. Igualmente são bem-vindas ações destinadas a diminuir a assimetria de informações nos mercados financeiros, distorção que se torna particularmente aguda no meio de uma crise generalizada de confiança.

A reação do governo brasileiro à crise atual tem alternado boas e más ações quando se trata do mercado financeiro. Do lado bom, estão as decisões do Banco Central que levaram à redução das alíquotas dos recolhimentos compulsórios, bem como suas atuações no mercado de câmbio com vistas a reduzir a volatilidade e a prover liquidez em moeda estrangeira. Do mesmo modo, o início do relaxamento monetário iniciado na última reunião do Copom foi uma decisão acertada, tendo em vista os indicadores econômicos recentes.

Porém, houve também decisões, no mínimo, questionáveis. É o caso da pressão exercida sobre os bancos públicos federais para que expandam suas operações de crédito com a cobrança de encargos abaixo das taxas praticadas em mercado. Há vários riscos envolvidos em tal estratégia, entre os quais o de gerar um processo de seleção adversa, pelo qual os piores riscos acabarão "caindo no colo" dos bancos públicos. Outro risco sério é o de relaxamento dos padrões prudenciais fixados pelo Banco Central, o que poderia levar os agentes econômicos a duvidarem da efetividade da supervisão bancária no Brasil, o que teria efeitos deletérios sobre o prêmio de risco do país. Tudo isso sem mencionar a

indesejável perda de transparência fiscal que decorre da prática de se operar linhas de crédito subsidiadas por meio dos bancos oficiais, sem a contabilização explícita das garantias do Tesouro Nacional.

O rol dos problemas não se esgota aí. A subordinação do crédito dos bancos oficiais à "geração de empregos" pelas empresas devedoras é também um erro crasso. Não apenas tal medida inibe investimentos que aumentam a produtividade, como também pode induzir as empresas a manterem uma estrutura de custos insustentável. Ademais, cria um critério de alocação de recursos que nada tem a ver com o binômio risco-retorno que deve orientar as decisões de crédito por parte dos bancos.

É compreensível a aflição do governo com os indicadores econômicos negativos que estão sendo divulgados. Porém, ao tentar turbinar o crédito de qualquer maneira, utilizando atalhos heterodoxos de duvidosa eficácia, o governo pode estar lançando as sementes de problemas futuros para o sistema bancário brasileiro, principalmente para as instituições oficiais de crédito. Os efeitos macro e microeconômicos poderão ser particularmente sérios, comprometendo o crescimento da economia no médio e longo prazos.

***Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, ex-presidente do Banco Central do Brasil, é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. gloyola@tendencias.com.br**

Prorrogado o prazo para pagamento de dívidas com recursos do FCO – CNA – Gilberto Goellner - 06/02/2009

Os produtores rurais que estão inadimplentes no pagar os financiamentos que lhes foram concedidos, no ano passado, com recursos do Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO), ou provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vão poder continuar negociando com os bancos até o dia 31 de março.

Essa medida só vale para os produtores que já tenham manifestado ao Banco do Brasil ou ao Banco de Brasília a intenção de regularizar os pagamentos.

Na última quarta-feira (4/2), os membros do Conselho Deliberativo do FCO se reuniram para fazer a adequação da medida, que envolve acerto individual com cada tomador que esteja inadimplente. A prorrogação da quitação das operações já foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com o senador Gilberto Goellner (DEM/MT), essa determinação do CMN complementa as prorrogações autorizadas pelas resoluções do Banco Central, publicadas em 29 de janeiro, e permite que os mutuários do FCO possam prorrogar as suas dívidas nas mesmas condições dos que foram beneficiados anteriormente.

Aumento dos custos, retração no crédito e baixos preços provocaram queda da renda agrícola – CNA – 09/02/2009

Aumento dos custos de produção de 30% a 50% da safra anterior (2007/2008) para a atual (2008/2009), retração na oferta de crédito para financiar a atividade agrícola diante da crise financeira mundial. Estes fatores foram determinantes para a estimativa de queda de 8,4% da renda agrícola para 2009, divulgada hoje pelo Ministério da Agricultura, segundo avaliação do presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner. “Com estes dois fatores, o produtor comprou menos insumos e plantou menos. Conseqüentemente, terá menos renda”, justifica.

Ele afirma também que os problemas climáticos enfrentados pelos produtores de Mato Grosso do Sul e da região Sul do País e menores preços pagos aos agricultores pela produção ajudaram a agravar o quadro. “Os níveis de renda do produtor poderão voltar aos níveis de seis anos atrás, quando estavam críticos. A diferença é que os custos de produção são superiores àquela época”, diz. Na sua avaliação, faltaram ações mais fortes por parte do governo para minimizar a falta de renda do produtor e a renda dos produtores de 20 culturas, que deverá cair de R\$ 163,4 bilhões para R\$ 149,6 bilhões, poderá ter declínio ainda mais acentuado diante do cenário de incertezas em relação à safra de algumas culturas.

Uma das rendas mais afetadas será a do milho, com projeção de queda de 28,8%, o que representa R\$ 7 bilhões a menos em relação a 2008. “A safra é extremamente importante para a produção e o produtor ainda não sabe se planta ou não”, diz Schreiner. Outras culturas que também sofrerão queda significativa são a soja e o café. Segundo o Ministério da Agricultura, milho, soja e café respondem por 45,6% do valor da produção agrícola.

CNA reúne comissões para discutir reforma da política agrícola – CNA – 10/02/2009

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realiza hoje (10/2) reunião entre presidentes e membros de cinco comissões nacionais da entidade (Cereais, Fibras e Oleaginosas, Endividamento, Crédito Rural, Café e Cana-de-Açúcar) para discutir propostas de mudança para o atual modelo de política agrícola existente no País. As proposições serão levadas às discussões no âmbito do grupo de trabalho criado no fim do ano passado para debater o assunto, formado por CNA, Ministérios da Fazenda, Agricultura e instituições financeiras que operam com crédito rural.

No encontro, será feita uma apresentação sobre o andamento das discussões realizadas até agora por este grupo, que já se reuniu duas vezes para tratar do tema e deve ter novo encontro em março. O objetivo é propor medidas de curto prazo para esta safra e para as futuras. Dois subgrupos foram formados, um para discutir formas de financiamento ao produtor e outro para levantar alternativas relacionadas às questões tributárias.

Em relação ao financiamento, uma das prioridades defendidas pelo setor produtivo é a reformulação do atual sistema de crédito rural que financia a produção agropecuária.

Entre as ações sugeridas está a criação de um modelo integrado, que consistiria na criação de um cadastro único para o produtor, permitindo que todos os bancos e tradings tivessem acesso às mesmas informações de cada produtor rural. Neste caso, o produtor teria de escolher um banco para centralizar informações neste cadastro. A concessão de crédito ficaria condicionada à adesão a este sistema cadastral. Outra proposta em debate sugere que o produtor poderá renegociar sua dívida a partir da apresentação de seu balanço patrimonial.

Haveria também, neste processo de reformulação do sistema de crédito rural, um período de transição durante as safras 2009/2010 e 2010/2011, no qual apenas os produtores que fizerem parte desta transição estariam aptos a participar de eventuais renegociações de dívidas futuramente.

Na parte tributária, produtores, governo e bancos analisam a transformação do produtor em pessoa jurídica para ajudar na implantação do financiamento integrado. O grupo discute ainda a substituição de alíquotas menores de impostos por um Simples-Rural, permitindo maior transparência fiscal. Ainda na pauta de debates do grupo, a adoção de mais instrumentos de subsídio ao seguro de renda e menos subsídio ao crédito. Quanto à sustentação de preços, uma das proposições é transformar os instrumentos existentes em um único mecanismo. Outros temas em debate são a revogação da lei dos preços mínimos, de 1941, e a implantação de um novo modelo de gestão do sistema de defesa animal e vegetal.

Agricultores podem renegociar dívidas até 15 de março – Sítio Eletrônico da Contag - 10/02/2009

Os agricultores e agricultoras familiares e assentados da reforma agrária que aderiram à renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que não acertaram as contas, ou parte delas, agora terão novo prazo para renegociar os débitos: 15 de março.

A decisão foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no dia 29 de janeiro. O prazo anterior era 31 de dezembro de 2008. A medida busca auxiliar esse grupo que, por diversas razões, teve dificuldade de pagar suas prestações. Segundo dados do governo, dos cerca de 650 mil agricultores e agricultoras que aderiram à renegociação, aproximadamente 15% não efetuaram o pagamento de uma parcela mínima estabelecida, no caso daqueles que optaram pelo pagamento em prestações.

Os agricultores que regularizarem a situação poderão ter novas oportunidades de financiamentos rurais do Pronaf, ou seja, vão poder tomar novos créditos para dar continuidade ao trabalho no estabelecimento familiar. Já os que não acertarem as contas, poderão ficar impedidos de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos.

Começam os debates sobre a nova política agrícola – CNA – 11/02/2009

Transformação do produtor rural em pessoa jurídica, criação de um modelo simplificado de tributação, implantação de um imposto de renda plurianual e atualização do sistema de crédito rural vigente no país. Estas medidas foram apresentadas na terça-feira (10/2) em Brasília pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, dentro das propostas de reformulação da política agrícola, que estão sendo discutidas no âmbito de um grupo de trabalho formado por CNA, Banco do Brasil e Ministérios da Fazenda e da Agricultura.

Kátia Abreu informou que só agora estão começando. Ela irá discutir estes temas com parlamentares e lideranças do agronegócio e pretende procurar autoridades no assunto, como os ex-ministros da Agricultura Alyson Paulinelli e Roberto Rodrigues. “Vamos colher sugestões de todos os segmentos e lideranças da agricultura”, explicou a senadora. “Esta é uma oportunidade histórica de construirmos uma nova política agrícola junto com o governo. Quem tiver alternativas sólidas e viáveis, é hora de apresentar”.

Ao se reunir com presidentes e membros de Comissões Nacionais da CNA e Federações de Agricultura e Pecuária, Kátia Abreu enfatizou a necessidade de modernizar a atividade rural com o objetivo de dar transparência fiscal ao produtor para facilitar a renegociação de dívidas, a obtenção de empréstimos a juros mais baixos e a contratação de seguro rural, entre outros benefícios. “Pagamos mais caro porque não temos como comprovar a nossa rentabilidade. Não queremos mais privilégios do que outros setores. Mas apenas um tratamento adequado a um setor que representa um terço do PIB e que é superavitário na balança comercial”, destacou a senadora.

Na avaliação da senadora, muitas propriedades rurais sairão da informalidade ao se tornarem empresas, o que ajudaria a reduzir a carga tributária sobre a cadeia de alimentos, que no Brasil é de 16,9%. “A medida também ajudaria no combate à sonegação, que é atribuída principalmente a esta carga tributária. Para o produtor ser pessoa jurídica, uma das condições fundamentais e essa diminuição da carga tributária”, salientou. Em relação à simplificação tributária, Kátia Abreu quer a criação de um Simples para o setor rural, como há para segmentos como indústria, comércio e serviços. “Podemos adaptar as normas do Simples para a empresa rural”, disse.

Quanto à criação de um imposto de renda, plurianual, Kátia Abreu argumentou que este modelo é usado por outros países, como Canadá, Austrália e Estados Unidos. “Hoje o produtor brasileiro não pode pagar um imposto de renda anual porque planta uma vez por ano. Não é como uma indústria que fabrica sapatos todos os dias”, justificou. Já em relação à reforma do sistema de crédito, a senadora afirmou que o atual modelo é ultrapassado e que “não se adapta mais às condições do agronegócio”. “É um modelo que vem apodrecendo ao longo de 20 anos e precisamos atualizá-lo.

Algumas propostas de reformulação do atual modelo de crédito rural foram apresentadas aos presidentes e membros das comissões e Federações de Agricultura e Pecuária. Dentro das proposições de mudança, a criação de um modelo integrado, que permitiria a todos os bancos ter as mesmas informações sobre cada produtor a partir de um cadastro único. Outro ponto em discussão é a alavancagem da carteira de crédito dos bancos, que ficaria a cargo do Governo. Pelos debates que estão sendo realizados entre CNA, Governo e bancos, a reforma deste sistema de crédito também passaria por um período de transição durante as safras 2009/2010 e 2010/ 2011, até a implantação total de um novo modelo futuramente. Também haveria mais subsídios à produção, ao produtor e

menos subsídio ao crédito. Ainda dentro da reforma da política agrícola, seria formada uma comissão deliberativa com representação externa, técnicos e lideranças do setor para formar um novo sistema de defesa animal e vegetal.

CNA e Receita Federal fazem acordo sobre IR - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 11/02/2009

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) informou ontem ter chegado a um acordo preliminar com a Secretaria da Receita Federal para converter, dentro da proposta de reforma do atual modelo de política agrícola, a declaração anual do Imposto de Renda em um ajuste quadrienal ou quinquenal em caso da transformação do produtor rural em Pessoa Jurídica.

"A Receita concorda com a proposta. Tivemos uma reunião recentemente e não houve oposição a isso", afirmou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O debate com a Receita Federal evoluiu, segundo a senadora, para a criação de um modelo de estímulos à formalização das atividades rurais com o objetivo de reduzir impostos e a sonegação fiscal. "Temos que distribuir essa taxação em alíquotas diferenciadas por faixas", disse Kátia Abreu.

O setor rural fala em criar um "Simples Rural", semelhante ao modelo usados por comerciantes nas cidades. Poderia haver alíquotas menores de impostos indiretos, como ICMS e PIS-Cofins, em troca do aumento dessa transparência fiscal.

O presidente da federação da Agricultura de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, informou que a proposta estabelece uma alíquota mínima para pequenos produtores de milho, por exemplo, com até 110 hectares e uma máxima para agricultores acima de 2,2 mil hectares.

"Virar empresa dá mais transparência e confiança ao sistema e pode trazer mais benefícios ao produtor", defendeu. Para ele, é necessário criar uma "declaração de transição" para substituir o atual modelo antes do plantio da nova safra, que começa em julho.

O governo negocia desde dezembro com representantes de produtores e bancos operadores de crédito a reformulação da política agrícola. Em reuniões com o setor privado, o governo quer adotar medidas práticas para alterar as formas de intervenção no setor até 2011.

Na mesa, está a fixação de novas estruturas de financiamento com compromisso de controle do endividamento, mecanismos de alavancagem às carteiras de crédito, garantia e sustentação de preços, elevação de subsídios ao seguro de renda com redução da subvenção direta ao crédito.

O governo quer medidas emergenciais, mas procura um modelo para garantir uma transição suave para o novo sistema.

Os eixos dos debates entre governo e setor privado incluem a redução da elevada tributação indireta sobre produtos agropecuários, o estancamento da sonegação fiscal no campo e a criação de estímulos à formalização contábil e à transparência patrimonial dos produtores. As novas diretrizes devem melhorar a gestão do risco rural e elevar o volume de recursos públicos e privados para financiar produção e investimentos.

A proposta prevê financiamento integrado das atividades de cada propriedade e uma central

de registro de todas as operações rurais (Cetip Rural) com cadastro único aberto aos demais credores. Novos créditos ao produtor seriam condicionados a uma adesão futura ao sistema centralizado.

Usinas tentam renegociar dívidas de R\$ 3,45 bilhões - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 12/02/2009

Sem acesso a capital de giro nem condições de oferecer garantias para novos empréstimos, o segmento sucroalcooleiro negocia com o governo uma ampla reestruturação de R\$ 3,45 bilhões em dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos comerciais, tradings e fundos de investimento.

As indústrias também pedem a liberação de até R\$ 3 bilhões para financiar os custos da estocagem de etanol ("warrantagem") ao longo da próxima safra de cana-de-açúcar, que deve começar a ser colhida em abril. Pressionados pelo endividamento da indústria, os produtores da cana também buscam renegociar R\$ 267 milhões em financiamentos no BNDES e no Banco do Brasil.



A medida está em discussão nos ministérios da Fazenda e da Agricultura desde dezembro. O tema tem sido tratado com cautela e discrição. Mas parte do governo entende que não pode deixar o setor ainda mais vulnerável ao capital estrangeiro, o que poderia desencadear uma avalanche de compras por investidores e sócios estrangeiros. Por isso, haveria estudos para estimular fusões e aquisições entre empresas nacionais. "O governo sabe como e onde precisa ajudar o setor", diz o coordenador nacional do Fórum de Lideranças do Setor Sucroalcooleiro, Anísio Tormena.

A lista do segmento inclui, ainda, a recomposição do capital de giro das empresas, linhas de financiamento aos compradores (tradings), redução dos custos e concessão de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) e empréstimos aos produtores para plantio da matéria-prima. "A warrantagem resolveria as dívidas e evitaria uma queda maior dos preços", diz Tormena, que também preside a Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná (Alcopar). "A captação de recursos para 'mata-mata' [troca de dívidas] está saindo, mas faz 60 dias que ninguém consegue dinheiro novo".

O BNDES, cuja carteira de operações ativas no setor sucroalcooleiro soma R\$ 21,3 bilhões, informa não ter recedido nenhum pedido oficial de repactuação dos financiamentos do setor sucroalcooleiro. Em 2008, o banco de fomento emprestou R\$ 6,5 bilhões para financiar projetos de plantio de cana-de-açúcar, produção de etanol e açúcar, além de iniciativas em co-geração de energia elétrica pelas usinas.

Preocupada com o alto nível de endividamento e as dificuldades para levantar novos recursos no mercado, a indústria reclama dos baixos preços e pede um amplo plano de reestruturação com medidas emergenciais e ações estruturantes de longo prazo. O financiamento dos estoques de etanol daria, segundo dirigentes do setor, estabilidade de preços e garantiria o abastecimento do mercado interno. Sem capital de giro, algumas indústrias têm fabricado mais etanol para cumprir compromissos. Mas isso deprime ainda mais as cotações. Nem mesmo a entressafra provocou uma elevação dos preços.

O segmento vive um momento delicado porque os problemas das indústrias afeta toda a cadeia produtiva. As vendas de carros "flex" caíram e a oferta, mesmo na entressafra, se manteve. Os preços, que costumam disparar 30% neste período, aumentaram menos de 10%. O BNDES alterou as regras do Programa Especial de Crédito, que poderia auxiliar na recomposição do capital de giro. Com juros mais baixos e prazo mais longos, houve autorização para fazer penhor, o que deve ajudar as indústrias. "Por enquanto, não está saindo para ninguém", diz Anísio Tormena.

Os produtores de cana, que têm financiamentos do BNDES para o plantio das lavouras, com aval das indústrias em troca do produto como garantia, afirmam que recebem preços 40% abaixo de seus custos de produção. Por isso, se movimentam nos bastidores do governo para rolar R\$ 60 milhões dessa modalidade com o banco. Há também R\$ 130 milhões em Cédulas de Produto Rural (CPR) no Banco do Brasil. O assunto está sob avaliação do Ministério da Agricultura. Os produtores, sobretudo de Minas Gerais e Goiás, reclamam de atrasos no pagamento pela cana e pelo arrendamento das terras, além da falta de capital gerado pela opção das usinas em deixar no campo boa parte da cana que renderia novos recursos.

Cobrança de débitos inscritos na Dívida Ativa da União está suspensa até 31 de março – CNA – 16/02/2009

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) suspendeu até 31 de março de 2009 a cobrança administrativa e judicial das dívidas inscritas na Dívida Ativa da União (DAU) decorrentes de operações de crédito rural. A decisão foi publicada na última sexta-feira (13/2) no Diário Oficial da União, por meio da portaria nº 157. Também fica suspenso o encaminhamento dos devedores destas operações ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

A portaria contempla apenas as operações transferidas para a Dívida Ativa e segue o que está previsto na Lei 11.775, que definiu no ano passado as medidas para a renegociação dos débitos de produtores rurais de todo o País. Desta forma, a data limite de suspensão fica prorrogada, já que o prazo anterior venceu no dia 31 de dezembro.

Os passivos inscritos na DAU têm condições diferentes dos demais débitos contemplados pela Lei 11.775. A data para os produtores rurais aderirem ao processo de renegociação vale até 30 de junho e o prazo final para liquidação ou amortização da primeira parcela após a repactuação é 30 de dezembro deste ano. No caso da quitação total do saldo devedor ainda em 2009, haverá descontos de 38% a 70%. Para quem quiser pagar o débito em prestações, os abatimentos sobre o valor da dívida serão de 33% a 65% e os produtores terão dez anos para quitar o passivo, em parcelas semestrais ou anuais.

Para aquelas operações feitas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com exceção do cerrado nordestino, ou no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer II), haverá acréscimo de dez pontos sobre os percentuais definidos pela Lei 11.775, tanto para liquidação ou pagamento parcelado. Desta forma, os descontos poderão chegar a 80%.

Confederação pede que Lula compense recuo de tradings – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/02/2009

Presidente da principal entidade de produtores rurais do país, CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo terá de compensar ao menos em parte o recuo de financiamento das tradings no próximo plano agropecuário (2009/2010).

Na safra atual, o governo ofereceu crédito de R\$ 65 bilhões para o custeio da agricultura empresarial, o que representa cerca de um terço do custo total dos produtores. O restante veio por meio de créditos pessoais e do financiamento via tradings.

Para a próxima safra, que começa em julho, a CNA estima um custo total de R\$ 155 bilhões e, por conta da crise internacional, um recuo de cerca de 50% nos financiamentos das tradings. "A substituição desse recurso que não mais virá nos preocupa sobremaneira", disse a presidente da CNA, no Planalto, depois de se encontrar com Lula.

A estimativa da entidade aponta para uma necessidade de ajuda do governo em torno de R\$ 100 bilhões. Ontem o Ministério da Agricultura não comentou as declarações da senadora.

Abreu relatou a Lula a discussão entre CNA, Banco do Brasil e Agricultura para um novo modelo de crédito, que incluiria a transparência fiscal dos produtores (abertura dos balanços) e a redução da carga tributária na cadeia de alimentos. A proposta deve ser entregue ao Planalto em 120 dias.

CNA reclama da crise e pede R\$ 155 bi ao governo em 2009/10 - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico - 17/02/2009

A safra 2009/10, que começa oficialmente em julho, exigirá um orçamento de R\$ 155 bilhões para financiar as operações de custeio, comercialização e investimento da agropecuária no país, informou ontem a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), durante audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. A demanda apresentada pela CNA significa quase o dobro dos R\$ 78 bilhões em crédito reservados pelo governo aos segmentos empresarial e familiar no ciclo 2008/09.

No encontro, o presidente Lula e a senadora de oposição ao governo avaliaram a "fragilidade" do setor diante da crise internacional, especialmente com a queda nas cotações das commodities. "Aliada à escassez de crédito no mercado, será inevitável uma redução na renda do produtor rural e no nível de emprego do setor", afirmou Kátia Abreu.

O inédito encontro deixou clara a preocupação dos produtores rurais com os impactos da crise no setor. Geralmente anunciada em maio, a demanda do setor por crédito foi bastante antecipada neste ano. A senadora informou que apenas a produção de grãos necessitará de R\$ 78 bilhões em novos financiamentos. Segundo ela, apenas um terço da safra é financiada com recursos federais. Outros dois terços vêm de operações com recursos próprios dos produtores e de tradings que operam no setor.

Cálculos da líder ruralista indicam que o governo já deu R\$ 385 bilhões para socorrer diversos setores afetados pela crise financeira global sob a forma de incentivos e desonerações. Mas o setor rural recebeu, segundo ela, "apenas R\$ 14,8 bilhões". Kátia Abreu disse que o setor, que responde por quase um terço do Produto Interno Bruto (PIB), das exportações e dos empregos no país, deveria ter um tratamento melhor do que tem recebido até agora. "Políticas de abastecimento são obrigação para todos os presidentes do mundo. Temos também de oferecer garantia de renda para os produtores".

A senadora demonstrou preocupação com o esgotamento da capacidade de endividamento dos produtores rurais. Está em estudo no governo, em conjunto com a CNA e os bancos operadores do crédito rural, um estudo para remodelar o atual modelo de política agrícola do país. Para ela, as sucessivas rolagens das dívidas rurais, que parecem uma vantagem para os produtores rurais aos olhos da sociedade, são um fator de "estrangulamento" da produção. A presidente da CNA afirmou que a cada rodada de rolagem da dívida, o passivo aumenta em 25%. Além disso, o risco de emprestar aos produtores rurais aumentou de 3% para 14,9% junto às instituições bancárias nos últimos anos.

"Por mais que as instituições bancárias estejam dispostas a emprestar recursos para os produtores, elas se veem obrigadas a seguir as análises de risco estabelecidas pelo Banco Central", disse ela.

Primeira mulher a comandar a CNA, a senadora também defendeu que a arbitragem em relação à reforma do Código Florestal, que gerou disputas e enorme mal-estar dentro do governo, seja feito pela Academia, aí incluindo a Embrapa. "Reconheço que os dois ministros [Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Reinhold Stephanes, da Agricultura] têm boa vontade no debate, mas precisamos de agentes externos nesta discussão", afirmou.

A audiência entre a senadora e o presidente foi acertada na semana passada, na posse do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Logo no início da conversa, a senadora afirmou ter deixado claro que estava lá como presidente da CNA, mas que esta função não a impediria de manter seu discurso de oposição ao governo federal. Kátia Abreu foi a relatora da proposta que derrubou a cobrança da CPMF, considerada a maior derrota política do governo Lula no Congresso.

Na avaliação da senadora, Lula entendeu a distinção entre Senado e CNA e declarou que, mesmo após um discurso contundente dela contra o governo, não fecharia as portas do Planalto à presidente da CNA. Mesmo assim, à saída do encontro, a líder ruralista criticou a "superexposição" da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, nos eventos do governo. Na semana passada, seu partido, o DEM, entrou com uma representação no TSE alegando antecipação da propaganda eleitoral e uso da máquina pública federal para beneficiar a candidata de Lula à sucessão em 2010. **(Colaborou Mauro Zanatta)**

Bancada ruralista consegue aprovar benefícios fiscais – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/02/2009

Ao concluir ontem a votação da MP 447, que aumenta em até dez dias o prazo do recolhimento de vários tributos federais, a bancada ruralista aprovou benefícios fiscais para produtos com melhoramento genético e para a indústria tabagista. A mudança segue para o Senado.

O primeiro destaque aprovado, do deputado ruralista Alfredo Kaefer (PSDB-PR), isenta da contribuição social ao Funrural (Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural) a receita obtida com sementes, mudas, sêmen, embriões e animais usados como cobaias em pesquisa. O governo não soube dizer quanto será a renúncia fiscal com a isenção. "Enquanto trabalhamos para diminuir a carga tributária, o governo, estranhamente, voltou a cobrar Funrural", disse Kaefer. Desde junho de 2008, esses produtos passaram a pagar 2% como contribuição para a previdência social e 0,1% para financiar o auxílio-acidente. Outro destaque, de Wilson Covatti (PP-RS), beneficia o cigarro; o setor poderá recolher no terceiro dia útil do mês seguinte ao da apuração do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Hoje, a indústria recolhe a cada dez dias no mesmo mês.

Produtores rurais terão benefício tributário – Valor econômico – Política – 18/02/2009

A Câmara dos Deputados concluiu, ontem, a votação da Medida Provisória 447, uma das diversas editadas no contexto de combate à crise financeira e de crédito. O texto-base da medida - que estende o prazo de recolhimento de tributos federais para dar folga de caixa estimada em R\$ 21 bilhões às empresas - já tinha sido aprovado na semana passada, mantendo a versão original proposta pelo governo. Ontem, porém, na votação dos destaques, a base governista não se uniu e os partidos de oposição conseguiram apoio suficiente para aprovar duas alterações rejeitadas nas negociações com o governo, ampliando os benefícios da norma.

A MP agora será apreciada pelos senadores. A mais polêmica das emendas destacadas para votação em separado passou por 250 votos a favor e 126 contra.

Prevalecendo no Senado, a emenda devolverá ao setor de agronegócios a isenção da taxa do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural) sobre sementes, embriões e outros produtos submetidos a processos de melhoria genética.

Segundo o líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), a isenção dessa taxa, que hoje é de 2,2% sobre o preço de comercialização, vigorou por 19 anos, até janeiro de 2008, quando foi revogada por uma MP anterior, já transformada em lei. Para ele, o resgate do benefício é importante para estimular pesquisas de melhoria genética. Os resultados dessas pesquisas, acrescentou, contribuem significativamente com redução de custos, aumento de produtividade e de competitividade dos produtos agropecuários brasileiros.

Segundo o líder do PSDB, José Anibal (SP), o Ministério da Previdência ainda tentou evitar a aprovação do destaque, alegando perda de receita para a Previdência Social, mas não a quantificou.

O outro destaque aprovado muda a periodicidade de recolhimento do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cigarros e outros produtos da indústria do fumo. Prevalecendo a mudança, em vez de recolhido a cada dez dias, o tributo será pago mensalmente, no início do mês seguinte ao de apuração. **(MI)**

Corte tira R\$ 96 milhões do seguro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 18/02/2009

Um dos principais instrumentos da política agrícola para a garantia da renda no campo, a subvenção do governo ao prêmio do seguro rural sofreu um corte superior a um terço de seu orçamento para 2009. Pressionado por seguradoras e resseguradoras privadas que operam no segmento, o governo corre contra o tempo para recompor os recursos e evitar eventuais prejuízos nas contratações do seguro na próxima safra, que começa oficialmente em julho deste ano.

O orçamento inicial dos subsídios ao seguro previa uma dotação de R\$ 272 milhões para este ano, mas os cortes promovidos pelo Ministério do Planejamento na proposta enviada ao Congresso Nacional reduziram o total a R\$ 182 milhões. Para piorar a situação, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso fez novo corte, limitando a subvenção a R\$ 176 milhões. No fim, a redução do orçamento do subsídio ao seguro rural chegou a R\$ 96 milhões, ou 35,3%. "O governo libera dinheiro para montadoras e tem coragem de cortar recursos de um programa de garantia de renda dos produtores", diz o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "É o fim do mundo".

A estratégia do Ministério da Agricultura para recuperar o orçamento integral foi sugerir a edição de um decreto presidencial restabelecendo R\$ 6 milhões ao programa. Mas a recomposição dos R\$ 90 milhões restantes terá que ser feita por um projeto de lei a ser enviado ao Congresso. "O orçamento que temos hoje daria para metade da safra de verão", diz o diretor de Gestão de Risco Rural, Wellington Soares de Almeida. "Mas não podemos correr esse risco".

Em 2008, as sete seguradoras credenciadas pelo governo a atuar no setor tiveram o aporte de R\$ 157,5 milhões em subvenção oficial ao seguro rural. Com isso, arrecadaram R\$ 324,7 milhões em prêmios pagos em 60,1 mil operações feitas pelos produtores. O profundo corte feito pelo no orçamento da subvenção preocupa as seguradoras. Dona de 63% do mercado no ano passado, a Aliança do Brasil, subsidiária integral do Banco do Brasil, aposta na recomposição do orçamento. "O que temos hoje não dá para repetir o que se fez na safra passada", diz o diretor técnico da Aliança e presidente da comissão de seguros da Fenaseg, Wady Mourão Cury. "Mas é suficiente porque a safra de verão consome mais que o inverno. Nesse período, ainda dá para atender a demanda".

Líder no setor, a Aliança conta com o programa de subvenção para elevar sua atuação no seguro rural. Em 2008, a seguradora operou R\$ 99,7 milhões da subvenção. Neste ano, estima chegar a R\$ 150 milhões. "Isso faz parte de uma política consistente e responsável do governo", diz Cury. A seguradora estima chegar a uma cobertura de R\$ 7,1 bilhões neste ano. Em 2008, foram R\$ 4,5 bilhões. As operações devem passar de 36,7 mil para até 50 mil, cobrindo 4,5 milhões de hectares.

Mesmo reclamando a entrada de novas seguradoras no mercado, Wady Cury projeta uma arrecadação de R\$ 540 milhões em prêmios pagos pelos produtores neste ano. "Precisamos de mais concorrência para evoluir", diz. No longo prazo, a meta do seguro rural, segundo ele, é chegar a 800 mil ou 1 milhão de produtores. "Temos hoje apenas 60 mil", afirma. Na estimativa de Cury, seria possível ultrapassar a marca de R\$ 1 bilhão em prêmios em 2012. "Depois disso, esse nicho ficará mais atraente", diz.

CNA reúne deputados para discutir reforma da política agrícola – CNA – 19/02/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, promoveu hoje (19/2) uma rodada de discussões com lideranças ligadas à atividade rural para discutir sugestões de propostas de reformulação do atual modelo de política agrícola. Desta vez, o debate envolveu deputados da bancada ruralista na sede da entidade, em Brasília, para conhecer os pontos que estão sendo debatidos no âmbito de um grupo de trabalho formado por representantes da CNA, bancos e Ministérios da Fazenda e Agricultura desde o ano passado. Na semana passada, houve um primeiro encontro com presidentes e membros de cinco Comissões Nacionais da CNA e Federações da Agricultura e Pecuária.

Os temas que estão na pauta de negociações foram apresentados pelo economista Guilherme Dias, que tem representado a CNA no diálogo junto ao Governo. Segundo Kátia Abreu, a previsão é de que o conjunto de propostas seja apresentado em abril e a idéia é encontrar mecanismos mais flexíveis de financiamento a partir da maior transparência fiscal do produtor. Esta reestruturação passaria por um período de

transição nas safras 2009/2010 e 2010/2011 e, durante este processo, está sendo proposta uma nova renegociação de dívidas dos produtores. Uma das proposições para o caso, levantada pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), é o refinanciamento dos débitos a partir de um Refis para o meio rural, que seria um programa de recuperação das empresas equivalente ao existente para empresas urbanas.

“O importante é mostrar que, na renegociação, o produtor está dentro do jogo”, enfatizou Kátia Abreu. “A discussão é embrionária, mas o produtor pode, por exemplo, destinar um pequeno percentual da sua produção para parcelar sua dívida”, completou Caiado. Outra hipótese que surgiu na reunião foi a de desvincular os índices de produtividade das propriedades, previstos na lei agrária, a partir da transformação dos produtores em pessoas jurídicas, uma das condições para se encaixar na reestruturação. Estes índices são relativos ao Grau de Utilização da Terra (GUT), que deve ser de 80% da propriedade, e ao Grau de Exploração de Eficiência (GEE), que é de 100%. “Estes índices nem sequer deviam existir, pois não são parâmetros para comprovar que uma propriedade é produtiva”, afirmou Kátia Abreu.

Uma das propostas apresentadas por Guilherme Dias e que foi bem recebida pelos parlamentares foi o imposto de renda plurianual, que seria declarado a partir da renda média dos últimos cinco anos. “É uma idéia inovadora porque os anos de prejuízo podem ficar diluídos nos anos em que o produtor tiver lucro”, destacou o deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO).

Nova medida aumenta crédito para avicultura e suinocultura – Sítio eletrônico do MAPA – 19/02/2009

Brasília (19.2.2009) - Atualizar o limite de crédito para os setores de avicultura de corte e de suinocultura, explorados sob regime de parceria. Esse é o objetivo da medida aprovada, nesta quinta-feira (19), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que amplia o limite de custeio para a avicultura de corte de R\$ 24 mil para R\$ 40 mil e, em se tratando de perus e de suinocultura, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

“Em decorrência da crise de liquidez internacional, os setores da avicultura e da suinocultura estão entre os que vêm se defrontando com menos recursos para financiamento”, assinala o diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wilson Vaz de Araújo. Ele lembra que os custos de produção também têm aumentado no decorrer das últimas safras, influenciados pela forte demanda de grãos pelos países asiáticos, em franca expansão econômica nos últimos meses.

Para evitar o abate de matrizes por causa da baixa demanda de carne suína dentro e fora do Brasil, a medida também determina que recursos de depósitos à vista serão usados na concessão de financiamento de custeio pecuário aos suinocultores. Com o objetivo de promover a estabilidade do setor no País, o CMN, por indicação do Mapa, estabeleceu o limite de crédito de até R\$ 100 mil reais por tomador, em única operação, independente de outros créditos de custeio concedidos com recursos controlados do crédito rural. O prazo de contratação vai até setembro de 2009 e o prazo de financiamento será de até dois anos, com amortização livremente pactuadas entre produtores e bancos contratantes. *(Débora Pinheiro)*

Governo estuda alterações na lei de renegociação das dívidas rurais - CNA - 20/02/2009

O Governo prepara para depois do carnaval uma série de emendas para alterar a Lei 11.775, que estabeleceu no ano passado medidas de estímulo à renegociação de um passivo R\$ 75 bilhões em dívidas de produtores rurais envolvendo mais de 2,8 milhões de contratos. A estratégia é articular junto a parlamentares a inclusão destas emendas em Medidas Provisórias que estejam tramitando no Legislativo. Os benefícios, em fase de elaboração, seriam válidos apenas para quem procurou o banco até 12 de dezembro do ano passado para aderir ao processo de repactuação das operações de crédito rural.

Uma das principais mudanças trata da prorrogação, para 30 de junho, do prazo para pagamento total ou mínimo de débitos referentes à securitização I e II, Recoop (voltado para cooperativas), custeio rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as quatro etapas do Programa de Recuperação da lavoura Cacaueira Baiana. O prazo para liquidação ou amortização mínima destes saldos devedores venceu em 30 de dezembro. “Muitos produtores não conseguiram pagar até dezembro por falta de renda. Até o meio do ano ele terá sua safra comercializada e eles podem ter melhores condições de pagamento”, diz o presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Homero Pereira.

A cafeicultura também é outra atividade que deverá ser contemplada. Uma das emendas preparadas pelo Governo prevê que o vencimento da primeira parcela neste ano para quem optou por redistribuir as parcelas de débitos do Funcafé até 2020, tanto para parcelas pagas em dia quanto para as operações em situação de inadimplência. Para o mutuário adimplente, haverá a opção por fazer o pagamento das suas parcelas em sacas de café. As alterações estudadas pelo Governo permitem, ainda, que fruticultores e carcinicultores poderão contratar novos financiamentos para investimento, mesmo que ainda não tenham liquidado débitos anteriores também relacionados a operações de investimentos. Neste caso, a regra valeria para operações do Pronaf, recursos controlados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Outra medida autoriza o gestor financeiro do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a contratar, até 30 de junho deste ano, nova operação para liquidar dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Fase III (Prodec III). Também será admitida a reclassificação para o âmbito do FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) dos contratos realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em relação às operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União (DAU), a equipe econômica do Governo quer autorizar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas, inscritas ou não no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (Cadin) na renegociação.

CMN aprova medidas de apoio para criador de suínos e avicultura – Mauro Zanatta
– Valor econômico – Agronegócios - 20/02/2009

Afetados pela forte redução das exportações, sobretudo para o mercado da Rússia, produtores e agroindústrias de suínos tiveram ontem duas medidas de auxílio aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A avicultura de corte também foi contemplada pelo governo.

Os membros do CMN entenderam que a crise financeira internacional reduziu o crédito para financiamento das agroindústrias de aves de corte e de suínos. Por isso, decidiram elevar os limites de crédito para custeio dos chamados produtores integrados a agroindústrias, como Perdigão, Sadia e Seara. Assim, será possível elevar a antecipação de recursos das indústrias aos produtores com juros mais baixos, já que essas empresas fazem um mix de taxas em suas captações no mercado. Os limites subiram de R\$ 24 mil para R\$ 40 mil aos produtores integrados de aves de corte e de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil para a produção de suínos e perus.

Os criadores de suínos também ganharam uma linha de financiamento específica de custeio pecuário para a retenção de matrizes. Como a crise externa reduziu a demanda e o mercado doméstico não tem capacidade de absorver esses excedentes, o governo decidiu garantir R\$ 100 mil a juros anuais de 6,75% com prazo de até dois anos. "É para evitar o abate de matrizes, que ocorre sempre que há excesso de oferta no mercado", disse o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

O CMN também aprovou ontem um resolução para limitar o financiamento de tratores e motocultivadores dentro do programa Mais Alimentos, criado para oferecer descontos a produtores familiares. Agora, só poderão ser financiados equipamentos novos e com potência de até 78 cavalos.

A medida, tomada a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tenta assegurar a "correta destinação dos recursos" da linha, segundo Bittencourt. E também ajuda a prevenir um "possível endividamento exacerbado" dos produtores com a aquisição de tratores acima de suas necessidades. Alguns produtores estavam comprando tratores usados e acima de 78 cavalos em razão de ofertas das próprias indústrias de máquinas.(MZ)

Aumentam desembolsos do BB até janeiro - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 20/02/2009

Ainda beneficiado pela antecipação de R\$ 5 bilhões em créditos pelo Tesouro Nacional, o Banco do Brasil fechou os primeiros sete meses do ciclo 2008/09, iniciado em julho, com desembolsos 31% superiores aos registrados no mesmo período da safra anterior. O banco emprestou ao setor R\$ 19,25 bilhões para custeio, investimento e comercialização até janeiro de 2009.

O BB informou que o adiantamento feito pelo governo para suprir a demanda de crédito reprimida pela crise financeira global ajudou sobretudo a garantir mais recursos para a comercialização da nova safra. "Continuamos a cumprir as decisões do governo", resumiu o vice-presidente de Agronegócios do BB, Luís Carlos Guedes Pinto, ao Valor.

Os dados mostram que o BB elevou em 54,4% os empréstimos para a comercialização

da safra, cujas aplicações na sustentação de preços somaram R\$ 2,47 bilhões. Em janeiro, tradicionalmente menos favorável aos negócios no campo, foram aplicados R\$ 170 milhões na comercialização.

Em janeiro, o banco aplicou R\$ 940 milhões para o agronegócio. Foram R\$ 542 milhões para custeio da safra e R\$ 221 milhões para investimento, além dos R\$ 170 milhões para comercialização. O resultado teve praticamente o mesmo nível de janeiro de 2008, informou o banco. No total, a carteira de crédito ao agronegócio do banco cresceu 22,8% em 2008, revelou ontem o balanço oficial da instituição. Dono de 62% do mercado de crédito rural, o BB fechou o ano passado com R\$ 63,7 bilhões emprestados ao setor.

Nestes primeiros sete meses do ano-safra 2008/09, os desembolsos do BB para a agricultura familiar chegaram a R\$ 5 bilhões, um resultado 20% superior aos R\$ 3,74 bilhões do ciclo 2007/2008 - foram R\$ 3,28 bilhões (+16,4%) para custeio e R\$ 1,21 bilhão (+31%) para investimentos. Na chamada agricultura empresarial, o banco aplicou até aqui R\$ 14,76 bilhões, ou 34,7% acima dos R\$ 10,95 bilhões de 2007/2008. O balanço mostra um avanço de 35,7% no custeio, para R\$ 11,1 bilhões; de 0,4% nos investimentos, para R\$ 1,17 bilhão; e de 54,5% na comercialização, para R\$ 2,47 bilhões.

A atuação do Banco do Brasil continua mais forte na região Sul. Os produtores empresariais e familiares do Paraná lideram o ranking dos maiores desembolsos até janeiro. Em seguida, vêm gaúchos, paulistas, goianos e mato-grossenses.

O balanço dos desembolsos da safra também mostram que o BB teve 74% dos R\$ 10,7 bilhões em custeios liberados à chamada agricultura empresarial cobertos por apólices de um seguro rural. "Isso demonstra a boa proteção do banco na carteira rural", disse Guedes Pinto. Ele tem estimulado discussões no governo sobre uma ampla reforma do atual modelo de política agrícola e do sistema de crédito rural. O BB também fez proteção de preços em bolsas e mercado futuros ("hedge") em 11% desses empréstimos, segundo o vice-presidente.

Fetraf-Sul indica Municípios para projeto piloto do Pronaf Sistêmico em Santa Catarina – Sítio eletrônico da Fetraf - Luciane Bosenbecker – 25/02/2009

Uma das grandes novidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a criação do Pronaf Sistêmico. O Pronaf sistêmico é uma reivindicação de várias entidades desde a realização da Jornada de lutas de 2007 onde, na época o governo federal assumiu o compromisso de implementar a proposta apresentada pela Fetraf. Em Santa Catarina, assim como em outros Estados, aconteceram reuniões do Conselho Estadual do Pronaf, durante o mês de fevereiro, com o objetivo de indicar os municípios onde irão ser instaladas as unidades de referência para este programa.

Hoje em Santa Catarina, a única propriedade que está sendo desenvolvida a experiência é a propriedade de Valmor Reolom, que está sendo acompanhada pelo Sintraf Chapecó, Cresol Chapecó e Epagri. O objetivo desse Pronaf é financiar a propriedade como um todo, garantindo o acompanhamento técnico à família desde o diagnóstico da propriedade, planejamento e gestão, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma correta, planejada e acompanhada, podendo implementar um novo projeto de desenvolvimento na propriedade. Em Santa Catarina, a meta é iniciar o

projeto em 35 municípios. Cada município vai iniciar com 100 famílias, somando 3.500 famílias que serão beneficiadas com o programa neste ano. Esse número pode ser ampliado no ano que vem. Destes 35 municípios a Fetraf indicou 14, a Cresol Central nove e outras entidades 12. Os municípios indicados pela Fetraf-Sul são os seguintes: Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, Pinhalzinho, Maravilha, São Miguel do Oeste, Mondaí, São Domingos, Concórdia, Irineópolis, Treze de Maio, Rio Fortuna, Campo Erê e caçador, totalizando 1400 famílias beneficiadas. O coordenador da Fetraf-Sul em Santa Catarina, Alexandre Bergamin garante que a parceria com a Cresol vai dar condição de atender um número maior de municípios que não ainda foram contemplados. “A indicação foi para o MDA, podendo ter alguns ajustes quanto aos municípios, mas estamos acompanhando e aguardando novas orientações de procedimentos”, afirma Bergamin.

FAMATO consegue liminar que obriga bancos a efetuarem renegociação – CNA - 26/02/2009 Ascom FAMATO

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO) conseguiu na Justiça Estadual uma liminar referente ao endividamento. Em mais uma ação promovida pela entidade, o juiz da vara especializada em ação civil pública e ação popular de Cuiabá determinou, na última sexta-feira (20/2), em sede de liminar, que os bancos efetuem as renegociações dos financiamentos de investimentos agrícolas, de acordo com as previsões da Lei 11.775/08 e das resoluções do Banco Central. A ação foi proposta em face da negativa de alguns bancos em efetuar a renegociação, ou de criar obstáculos e exigências descabidas para efetuá-las.

Para evitar os danos que decorreriam do afastamento dos produtores rurais de Mato Grosso das renegociações, a FAMATO entrou com a ação para garantir estes direitos e, novamente, obteve a liminar favorável determinando que os bancos façam as renegociações com os produtores que preencham os requisitos legais (basicamente ter solicitado a renegociação dentro do prazo – 12/12/08).

O presidente da FAMATO, Rui Prado, destaca que agora todos os produtores que manifestaram seu interesse de renegociar o pagamento da parcela de 2008 até 12 de dezembro do ano passado têm o direito às prorrogações relativas às operações de Finame Agrícola, bem como ao refinanciamento do pagamento mínimo de 40% da referida parcela.

Governo alerta para prazo de prorrogação de dívidas do Pronaf – Sítio eletrônico da Contag – 26/02/2009

Doze por cento dos agricultores familiares ou assentados da reforma agrária com dívidas do Pronaf já vencidas ainda não procuraram o governo para renegociar. O prazo é 31 de março e já foi estendido três vezes. Algumas das causas para a baixa na procura, segundo o diretor de Financiamento e Proteção à Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, João Luiz Guadagnin, são a falta de informação ou dificuldade em pagar as dívidas. "A oportunidade é agora. Precisamos zerar esta conta porque dificilmente daremos uma nova oportunidade."

De acordo com o secretário de Política Agrícola da Contag, Antoninho Rovaris, o MSTTR está fazendo um amplo trabalho informativo para atingir esse público. "Estamos numa campanha com outras organizações para que eles saibam e participem efetivamente dessa grande possibilidade que foi aberta", afirma. João Guadagnin reconhece a importância da mobilização das entidades sindicais do campo e fez um apelo também para aqueles que já regularizaram a situação no banco. "Aqueles que já aderiram devem passar as informações aos vizinhos, porque é muito importante a motivação de todos."

Os agricultores que regularizarem a situação poderão ter novas oportunidades de financiamentos rurais do Pronaf, ou seja, vão poder tomar novos créditos para dar continuidade ao trabalho no estabelecimento familiar. Já os que não acertarem as contas, poderão ficar impedidos de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos.

Liminar beneficia produtores em MT - Mauro Zanatta – Valor econômico - 26/02/2009

Em decisão inédita no país, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso tornou obrigatória aos bancos a renegociação das dívidas dos produtores rurais com programas de financiamento de investimentos. O juiz José Zuquim Nogueira, da Vara de Ações Cíveis Públicas e Ações Populares, concedeu liminar à Federação de Agricultura e Pecuária (Famato) em que obriga os bancos a proceder a repactuação dos débitos sem exigir garantias adicionais, como máquinas e terras. Os produtores têm de pagar um "pedágio" de 40% do passivo (cerca de R\$ 1 bilhão) até 15 de março para garantir a rolagem.

A decisão, tornada pública ontem, beneficia apenas os associados da Famato que manifestaram interesse formal em renegociar os passivos até 12 de dezembro de 2008. Alguns bancos vinham se recusando a refinarciar as dívidas em razão do alto grau de endividamento e do risco de crédito do setor. Além disso, a Lei da Renegociação, editada em setembro do ano passado, apenas autorizava uma nova rolagem, e não obrigava as instituições financeiras a atender aos pedidos dos produtores.

O advogado da Famato, José Guilherme Junior, avalia que os bancos adotaram uma "estratégia equivocada" de forçar a inadimplência dos produtores para evitar a concessão de novos créditos. "Tornar o produtor inadimplente para forçar o pagamento é coisa do século retrasado", critica.

Em novembro de 2008, o governo criou uma nova linha de R\$ 500 milhões para auxiliar a rolagem dos débitos dos produtores do Centro-Oeste com a compra de máquinas e equipamentos. Como a lei apenas autorizou esse refinanciamento, os produtores foram à Justiça para obrigar os bancos a fazer novas operações sem exigir

garantias adicionais. "É um contrassenso essa recusa. Tem uma lei e a vontade do produtor em renegociar, mas os bancos se negam a isso", reclama o presidente da Famato, Rui Prado. "É porque renegociar significaria conceder crédito novo", afirma.

Mesmo com a negativa inicial da Justiça de Mato Grosso, a Famato voltará a solicitar a suspensão das execuções de busca e apreensão de máquinas e equipamentos dos produtores rurais pelos bancos das montadoras. A Famato também tentará convencer a Justiça a proibir os bancos de considerar os produtores como inadimplentes até 15 de março. Isso porque uma resolução do governo permitiu a renegociação das dívidas para além de 15 de outubro, quando venceriam as operações de crédito para investimento.

Governo pode prorrogar pagamento das parcelas do FAT Giro Rural - CNA - 27/02/2009

Produtores rurais que firmaram contratos realizados no âmbito do FAT Giro Rural para financiamentos agrícolas poderão ter mais prazo para pagar as parcelas que venceram em 2008 e com vencimento em 2009. A medida, ainda em fase de discussão, deverá ser analisada na próxima reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), ainda sem data definida. As informações são da assessoria do senador Gilberto Goellner (DEM/MT), um dos articuladores deste alongamento.

A expectativa é de que o Conselho autorize de imediato o Banco do Brasil e outros bancos privados a prorrogarem, mediante o pagamento de um mínimo de cada uma das parcelas, o seu prazo de vencimento, deixando o saldo devedor para ser pago nos anos vindouros. Se concretizada, a medida dará ao FAT Giro Rural tratamento equivalente ao concedido a outros fundos financiadores do setor agrícola, como o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), mesmo porque foi justamente em função da escassez de investimentos desses últimos *fundings* que surgiu a necessidade de a agricultura brasileira ter de buscar alternativas de crédito.

Até o momento, não havia sido objeto de atenção do Governo Federal o adiamento do prazo do pagamento das parcelas de 2008 e 2009 do FAT Giro Rural, pelo fato de o Codefat ser um órgão autônomo e não estar sujeito às deliberações do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para Gilberto Goellner, a medida viria em boa hora. Segundo ele, nos últimos anos, a renda agrícola pouco expressiva, e negativa em alguns locais, levou o produtor a ficar sem condições de saldar as parcelas de financiamentos feitos para investimentos, dando prioridade ao pagamento do custeio da atividade. Ele avalia que, nesse momento da crise no preço das *commodities* e do alto preço dos insumos, a prorrogação "dá um fôlego ao produtor, que pode enxergar uma luz para a viabilização da safra 2009/2010". "O aceno do Governo em prorrogar as parcelas de 2008 e 2009 do FAT Giro Rural reafirma a importância que tem a agricultura na economia brasileira. Não tenho dúvida que é justamente no campo que o país encontrará o principal vetor econômico para sair sobranceiro dessa crise", pondera. "Absolutamente normal e conveniente que se utilizem tais recursos. Os investimentos que eles proporcionam fazem com que a agropecuária ganhe forças, o que resultará em mais emprego, no campo e na cidade", enfatiza Goellner.

Governo estuda mudança na cobrança de IR para o produtor rural - CNA - 27/02/2009 Agência CNA

O Governo pode alterar a metodologia de entrega do Imposto de Renda (IR) do produtor rural. A intenção é que o produtor, depois de se tornar pessoa jurídica, passe a declarar o IR a cada quatro ou cinco anos, informou a edição de hoje (27/2) do Jornal Zero Hora. A medida, que visa dar mais transparência fiscal ao setor vem sendo discutida entre a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e a secretária da Receita Federal, Lina Vieira, que se mostra receptiva à mudança.

A declaração plurianual do IR está dentro da proposta de reformulação do modelo de política agrícola, debatida desde dezembro entre CNA e Governo. O modelo é adotado por países como Canadá, Austrália e Estados Unidos. A senadora Kátia Abreu argumenta que, diante da falta de renda dos produtores nos últimos anos, muitos não conseguem pagar o imposto anualmente. “Ele planta uma vez por ano. Não é como uma indústria que fabrica sapatos todo dia”, justifica a presidente da CNA, que também falou sobre o tema com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta foi apresentada ainda a presidentes de Comissões Nacionais da entidade, Federações de Agricultura e Pecuária e parlamentares. Além da mudança na declaração do Imposto de Renda, a CNA discute com o governo a simplificação tributária para o produtor. A idéia seria substituir os diversos impostos por um Simples Rural, que seria implantado nos mesmos moldes do tributo adotado para micro, pequenas e médias empresas do meio urbano. Este tema está em debate no âmbito de um grupo de trabalho formado por CNA, Banco do Brasil e Ministérios da Fazenda e Agricultura. Kátia Abreu ressalta, contudo, que o produtor, para ter direito ao Simples Rural, precisa se tornar pessoa jurídica, o que facilitará acesso a mais fontes de recursos e a juros menores. Ela também defende a desoneração da carga tributária cobrada sobre os alimentos, que chega a 16,9% no Brasil, enquanto que a média mundial é 5%.

Ainda dentro das proposições de mudança, estaria a reformulação do sistema de crédito rural existente, no qual seria criado de um modelo integrado de financiamento, que permitiria a todos os bancos ter as mesmas informações sobre cada produtor a partir de um cadastro único. Outro ponto em discussão trata da alavancagem da carteira de crédito dos bancos, que ficaria a cargo do Governo. A reforma deste sistema de crédito passaria por um período de transição durante as safras 2009/2010 e 2010/ 2011, até a implantação total de um novo modelo futuramente. Também haveria mais subsídios à produção, ao frete, ao produtor e menos subsídio ao crédito.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

